

32° Encontro Anual da Anpocs

GT 30: Pensamento Social no Brasil

**Sociologia na Argentina e no Brasil: alguns pontos de
comparação**

Luiz Carlos Jackson

Alejandro Blanco

Sociologia na Argentina e no Brasil: alguns pontos de comparação

Introdução

As sociologias brasileira e argentina constituíram-se em resposta aos desafios típicos dos países em desenvolvimento econômico na América Latina e em função das disputas políticas nacionais, iniciadas, sobretudo, na década de 1930. O propósito geral deste trabalho é discutir algumas das semelhanças e diferenças que caracterizaram os períodos de fundação (ocorrido aproximadamente entre 1930 e 1970) dessa disciplina nos dois casos. ¹Nas duas experiências - que deram origem a uma nova cultura intelectual -, foram determinantes os processos de assimilação e de distanciamento em relação às tradições de pensamento locais, mediados pelos graus de estabilidade adquiridas pelas principais instituições, não apenas as oficiais, mas também aquelas originadas por iniciativas não estatais.

Em princípio, os casos são muito significativos para se pensar o jogo complexo que relaciona a institucionalização das ciências sociais às conjunturas políticas abrangentes, que podem obstar ou favorecer a profissionalização dessas disciplinas. Desse ponto de vista, o caso brasileiro seria menos acidentado que o argentino; este último mais profundamente marcado por fraturas decorrentes dos conflitos entre poderes políticos e acadêmicos. Nos dois casos, entretanto, entre as décadas de 1950 e 60, a sociologia buscou constituir-se como disciplina aplicada, diretamente empenhada no planejamento racional das mudanças almejadas na direção da modernização (Villas Boas, 2006).

Na Argentina, há quase um consenso na literatura recente (Sigal, 1991; Terán, 1991; Neiburg, 1998; Sarlo, 2001) a respeito da impossibilidade de se dissociar no país a vida intelectual e acadêmica (no período em questão) dos dinamismos próprios à história política do país que afetaram freqüentemente as condições de possibilidade de trabalho na universidade, alterando em diferentes graus as regras de funcionamento das instituições universitárias, modificando os corpos docentes e as hierarquias estabelecidas, as formas de recrutamento, os critérios de consagração, etc.. Ao mesmo tempo, a universidade

¹ Este texto é resultante de uma pesquisa em andamento. Nesse sentido, sugere possibilidades de comparação entre os dois casos, a serem aprofundadas.

constituiu-se desde a reforma de 1918 - que estabeleceu o princípio da autonomia universitária e do governo tripartido entre docentes, alunos e graduados -, como um ator político muito importante da vida pública argentina, fonte tanto de sua visibilidade como de sua vulnerabilidade (sujeita a intervenções diretas dos poderes políticos). Tais condicionantes direcionaram as agendas de pesquisa no interior da sociologia (não apenas nessa disciplina), como demonstra o caso de Germani, cujo itinerário intelectual migra da análise sobre o significado e a natureza do peronismo (problema unificador do campo cultural argentino entre 1955 e 1966) para a temática (mais afinada com o contexto internacional) do desenvolvimento econômico e da modernização. A trajetória de Germani revela também o modo como tais embates se davam nesse contexto. Durante o peronismo, o intelectual italiano acumulou recursos acadêmicos nos espaços não oficiais, alinhados com a oposição ao regime. Esse posicionamento político foi determinante, ao lado do prestígio propriamente intelectual que acumulou nesses anos, à concretização de seu projeto científico entre a segunda metade da década de 1950 e a primeira da década seguinte.

Tais considerações sugerem que o entendimento do processo de institucionalização da sociologia na Argentina deve levar em conta a flexibilidade característica de uma modalidade típica de estrutura acadêmica na qual a política interfere mais diretamente, sem bloquear totalmente as condições da atividade intelectual autônoma. Para tanto, a existência de espaços de atuação alternativos aos oficiais foram decisivos em períodos marcados pelas intervenções. Indicam ainda a validade do argumento de Silvia Sigal de que as periodizações políticas proporcionam um marco possível para a história da vida intelectual e acadêmica na Argentina do século XX.

Sugerimos uma análise dos processos de institucionalização, portanto, em função das circunstâncias específicas que orientaram a incorporação da sociologia no ensino e na pesquisa nos dois casos, em instituições oficiais e não oficiais. Desse modo, tomamos como pressuposto o fato de que tais processos ocorreram sempre através da articulação dessas duas dimensões, que envolvem universidades, centros independentes e uma série diversa de empreendimentos culturais que se multiplicaram associados às mudanças mais gerais que direcionaram o crescimento extraordinário e de curto prazo nas principais cidades latino-americanas, principalmente na primeira metade do século XX.

Um aspecto importante a ser destacado, nesse sentido, relaciona-se ao impacto diferenciado que teve a imigração europeia nos dois países a partir do final do século XIX. Muito embora no Brasil, especialmente em São Paulo, esse processo seja também muito relevante; na Argentina, a imigração foi ainda mais significativa, constituindo-se como um fator central de transformação da estrutura social e da cultura urbanas, sintetizada na expressão *cultura de mescla* utilizada por Beatriz Sarlo (1988). Até 1920, a Argentina foi o país que recebeu a maior proporção de imigrantes europeus no mundo. Segundo o censo de 1914, um terço da população havia nascido em outros países (principalmente Espanha e Itália). Em Buenos Aires, no ano de 1936, da população total de quase 2.500.000 habitantes, 36% eram imigrantes. Em São Paulo, dois anos antes (justamente no ano de fundação da USP), havia ao redor de 1.000.000 habitantes e 28% de estrangeiros. Além disso, São Paulo era uma cidade ainda provinciana em relação ao cosmopolitismo de Buenos Aires. Nesse aspecto, o Rio de Janeiro aproximava-se mais de Buenos Aires, também por ser o centro político e administrativo do país.

A diferença fundamental, para o nosso propósito, entretanto, reside antes nas dimensões simbólicas do que quantitativas desses processos em cada sociedade. No Brasil, embora a imigração não tenha sido um fato irrelevante para a discussão pública, seu interesse esteve subordinado aos debates relativos à mudança no regime de trabalho e aos efeitos possíveis em termos do branqueamento de sua população. Na Argentina, o tema da imigração esteve desde o final do século XIX no centro do debate político e intelectual. O problema da identidade nacional - talvez mais espinhoso para os brasileiros em função do passado escravocrata e da formação étnica, entendida naquele momento como um entrave quase insuperável para a constituição de uma nação moderna -, ganha força na Argentina com a imigração. Pensada inicialmente, através das formulações de Sarmiento e Alberdi, como meio de modernização da sociedade, provocou já no início do século XX uma reação intelectual que deu origem ao fenômeno do “nacionalismo cultural”. (Sarlo, Altamirano, 1983). Assim o imigrante, civilizador de ontem, era agora visto como o bárbaro que era necessário argentinizar.

Como no Brasil, na Argentina o “ensaio” era a forma expressiva mais utilizada nos anos de 1930, como instrumento de análise da identidade nacional. Por isso mesmo, a sociologia teve que enfrentá-lo para se legitimar. Devemos ter em mente, entretanto, que o

termo “ensaio” não designa fenômenos idênticos nos dois casos e que seu uso para caracterizar um certo estilo de trabalho intelectual - marcado genericamente pelo sincretismo disciplinar e pela forte imantação política e literária - tenha se generalizado apenas nos anos de 1950 (segunda metade), justamente através da oposição com as disciplinas científicas que então se fixavam como práticas discursivas e profissionais, legitimadas pela especialização. Nos dois países, a década de 1930 foi uma década de transformações sociais e políticas profundas, que desencadearam uma revisão do passado nacional. Tal movimento concretizou-se no Brasil com enorme impacto através de algumas obras seminais que se destacaram em meio a inúmeras outras publicadas nas Coleções Brasileira e Documentos Brasileiros. Notadamente as obras de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, segundo o cânon estabelecido por Antonio Candido, enfrentaram o problema da “formação” da sociedade brasileira, questionando sob diferentes aspectos o significado da escravidão (entendida como aspecto central da estrutura social da colônia), assim como as possibilidades de erigir uma sociedade moderna (e uma nação, a partir desse legado). No mesmo período, na Argentina, desenvolveu-se uma tradição análoga, mas diferente em sua intenção. Ezequiel Martinez Estrada, Raul Scalabrini Ortiz e Eduardo Mallea são, talvez, os representantes mais consagrados desse gênero mais estritamente literário. A expressão forjada por Oscar Terán pode ser muito útil para que se compreenda a diferença entre essas tradições, se comparada com a que Antonio Candido utilizou para analisar a experiência brasileira. Terán caracteriza tais obras como “ensaios ontológicos-intuicionistas”, enquanto o Candido utiliza a fórmula “ensaio histórico-sociológico” . (Terán, 1991: 47)

Uma diferença possível entre as duas experiências reside, então, na continuidade mais evidente entre o ensaio brasileiro da década de trinta e a sociologia desenvolvida nas décadas seguintes, apesar da ruptura anunciada pelos representantes dessa disciplina. Na Argentina, o desencanto “criollo” com os efeitos da imigração e da modernidade aportadas na Buenos Aires dos anos 1920, que tem no pessimismo de Martinez Estrada sua expressão mais radical, implicou uma oposição mais radical. Além disso, não houve na universidade argentina um personagem que “acomodasse” essas tradições em fricção. Em São Paulo, Roger Bastide realizou esse intento e fortaleceu uma disposição parecida em seus discípulos brasileiros, até mesmo em Florestan Fernandes. Tais aspectos devem ser levados

em conta para se entender a existência na Argentina de um forte “antiintelectualismo” encarnado pelos ensaístas, sobretudo a partir dos anos de 1940, que desafiava a alta cultura e a universidade.

O desenvolvimento das ciências sociais deve ser analisado, também, a partir de sua intersecção com a formação progressiva de mercados diversificados de bens culturais, diretamente vinculada aos processos de modernização econômica (industrialização e urbanização, sobretudo) dos países latino-americanos nas primeiras décadas do século XX (Arruda, 2002; Sarlo, 1988). Em tal contexto, entraram em cena atores sociais oriundos de estratos antes excluídos da vida cultural elevada, tanto na Argentina, como no Brasil (Miceli, 1989), favorecidos pelas oportunidades proporcionadas por tais mercados em expansão, mas também pela democratização incipiente da educação que gerou mobilidade social significativa nos grandes centros urbanos dos dois países, desde o começo do século.

Nos dois casos, o processo de institucionalização das ciências sociais dependeu ainda de circunstâncias favoráveis geradas pelo cenário político internacional. Num primeiro momento, no período compreendido pelas duas grandes guerras, muitos intelectuais europeus emigraram para a América, atraídos ou não por convites oficiais das universidades latino-americanas, para nelas atuarem decisivamente como professores, pesquisadores e construtores de instituições. No segundo pós-guerra, tais disciplinas foram animadas por um conjunto de iniciativas institucionais, patrocinadas por organismos internacionais, como a Unesco, por exemplo.

Outra dimensão do problema diz respeito ao conjunto de disciplinas designadas como “ciências sociais”. Nos dois casos a serem comparados, a sociologia foi quase hegemônica nas décadas de formação (1930-70). No Brasil, entretanto, a partir dos anos de 1970, uma configuração cada vez mais equilibrada constituiu-se progressivamente. De tal modo, antropologia e ciência política formam hoje, com a sociologia, a tríade de disciplinas reconhecidas como ciências sociais e constituem a estrutura dos cursos de graduação em todo o país. No caso argentino, a sociologia manteve, comparativamente, sua preeminência, aproximando-se muito mais do que no caso brasileiro de disciplinas como a história social, a psicanálise e a economia.

As ciências sociais na Argentina e no Brasil: aproximações e distanciamentos

O desenvolvimento das ciências sociais nos dois países, durante o século XX, dependeu, em primeiro lugar, do “impulso alcançado pela organização universitária” (Miceli, 1989b). Desse ponto de vista, uma diferença importante entre os casos a serem estudados logo se impõe. Enquanto no caso brasileiro, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, o ensino e a pesquisa em ciências sociais foram implementados oficialmente em instituições acadêmicas criadas na década de 1930, como se verá adiante; na Argentina, tal processo ocorreu no interior de instituições pré-existentes, como as universidades de Córdoba e Buenos Aires. Além disso, até o final dos anos de 1950, não havia cursos de graduação em ciências sociais, mas cátedras de sociologia nos cursos de direito e filosofia.

Assim, se considerado como ato fundador a implantação do ensino de sociologia no interior de outras carreiras universitárias, o processo de institucionalização dessa disciplina na Argentina tem origem remota. Ocorreu em 1898, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, criada dois anos antes, e em 1907 em Córdoba. Contudo, se levadas em conta as condições mais gerais - envolvidas no estabelecimento e na legitimação progressivos do ensino, da pesquisa, da divulgação do conhecimento e, sobretudo, da profissionalização da atividade do cientista social -, uma institucionalização mais plena ocorreria a partir de 1957, data da criação do primeiro curso de graduação em sociologia, na Universidade de Buenos Aires (UBA).

Desde 1940, entretanto, um impulso mais efetivo teria orientado o desenvolvimento da sociologia argentina, vinculado inicialmente à criação do Instituto de Sociologia na UBA nesse ano. Tal instituição reuniu, sob a direção de Ricardo Levene, um grupo de intelectuais² - todos eram formados em direito e professores de sociologia em universidades do país - que era heterogêneo teórica e politicamente. Incorporou também estudantes do curso de sociologia ministrado por Levene na UBA, entre os quais estava Gino Germani

2 Eram membros do grupo Francisco Ayala, Alberto Baldrich, Jordán Bruno Genta, Raul Orgaz, Alfredo Poviña e Renato Treves.

(Neiburg, 1997). O instituto editaria o primeiro periódico especializado em sociologia, o *Boletín del Instituto de Sociología*.

Esses marcos específicos podem ser localizados, como dissemos acima (Sigal, 1991), a partir das mudanças ocorridas no sistema político nacional. Nessa direção, em 1916, inicia-se um período democrático com a eleição de Irigoyen, em cujo governo ocorreu a reforma universitária de 1918. Essa experiência, constituída por três governos radicais - Irigoyen, Alvear, Irigoyen – foi interrompida em 1930, por um golpe militar, que inaugurou um longo processo de instabilidade, superado apenas com a eleição de Alfonsín em 1983. Nos anos que precederam o peronismo, a fraude eleitoral foi decisiva à manutenção de um arranjo político e institucional conduzido por uma elite conservadora cívico-militar. A interrupção dessa fase se deu com outro golpe, em 1943, do qual emerge progressivamente Perón, que seria eleito através do voto em 1946. Em 1952, seria reeleito como presidente e deposto três anos depois pela Revolução Libertadora (1955). Neste novo período, interrompido por nove golpe militar em 1966, prevaleceu uma orientação desenvolvimentista, sobretudo durante a gestão de Frondizi (que não completou seu mandato). Nesse intervalo, entre 1955 e 1973, o partido peronista esteve proscrito oficialmente até o retorno de Perón. Três anos depois, inicia-se a violenta ditadura militar, cujo ocaso fecha o longo período de instabilidade referido acima.

A autonomia universitária seria ameaçada a partir de 1930, quando se inicia uma história de intervenções nas universidades argentinas. Nessa década, entretanto a “administração da universidade argentina se orientou pelos postulados reformistas” (Buchbinder, 2005: 109) Em 1943, contudo, esse processo ganha uma dimensão mais ampla e evidente. Isso porque o novo governo impõe uma nova política educacional, contrária à tradição laica que havia caracterizado o sistema de ensino a partir da lei de educação 1420 (1884). Nessa direção, o ensino religioso adquire caráter obrigatório e o título de doutor em teologia é reconhecido como habilitante para o ensino das humanidades. Durante o peronismo, a intervenção do Estado nas universidades é sancionada pela lei 13.031 (1947). Dessa forma, muitos dos princípios da reforma - especialmente os que garantiam o auto-governo - foram suprimidos. Por outro lado, o ingresso universitário geral foi triplicado (de 51.272, em 1947, para 143.542, em 1955), consolidando uma tendência em curso desde as primeiras décadas do século XX, que possibilitava o acesso dos setores

médios ao ensino superior. Muitos professores foram afastados (423) se afastaram (823) da universidade.

Desde então, haveria uma profunda divisão entre intelectuais e peronismo. O jovem italiano Gino Germani, então vinculado ao Instituto de Sociologia, afastou-se também, depois ser acusado por professar idéias comunistas. Diante desse quadro, as principais posições do campo acadêmico foram ocupadas por professores simpáticos a Perón e provenientes do nacionalismo católico. Nem todas as lideranças acadêmicas do período - que contou com um circuito alternativo de legitimação, como se verá adiante - podem ser associadas a esse perfil. Alfredo Poviña, que substituiu Levene na Cátedra e na direção do Instituto em Buenos Aires, era um liberal, assim como Miguel Figueroa Román, que não foi afastado de seu cargo em Tucumán, durante o peronismo ³. A ruptura no processo de institucionalização da sociologia não foi tão funda, portanto.

Na verdade, em sentido estrito, tal movimento não foi bloqueado. Durante esse período, a sociologia logrou expandir-se nacionalmente e articulou-se com organismos internacionais, graças à militância exercida por Poviña. Nessa direção, cabe destacar a fundação da ALAS (Associação Latino-Americana de Sociologia). Ao mesmo tempo, como já foi mencionado, constituiu-se um circuito alternativo de legitimação intelectual, fora da universidade, articulado ao mercado editorial argentino, que teve a partir da década de 1930 uma notável expansão. Foi típica, nesse sentido, a atuação de Gino Germani à frente das coleções “Ciência e Sociedade” (Editora Abril) e “Biblioteca de Psicologia Social e Sociologia”, (Blanco, 2006), através da qual o sociólogo introduziu na Argentina um conjunto de autores e obras afinados com temas e abordagens que desenvolveria posteriormente. As editoras constituíram, portanto, um espaço decisivo para os intelectuais excluídos da universidade pelo peronismo atuarem científica e politicamente.

Uma característica peculiar da estrutura do campo intelectual argentino no período, era, portanto sua “flexibilidade”, dada pela possibilidade de trânsito entre as posições oficiais e os empreendimentos originados em iniciativas privadas. Como os posicionamentos dos agentes eram, em boa parte, determinados por conjunturas e convicções políticas, ocorreram em algumas circunstâncias alinhamentos entre intelectuais

3 O termo é utilizado aqui para designar o governo de Perón. Os diversos significados desse termo na história política e intelectual da Argentina, são discutidos por Federico Neiburg (1997).

de estilos distintos, alguns mais próximos do polo literário, outros empenhados em projetos acadêmicos. A manifestação mais típica dessa configuração foi a existência do Colégio Livre de Estudos Superiores. Sua criação ocorreu pouco antes do golpe de 1930, por iniciativa de um grupo de seis indivíduos vinculados à Universidade (apenas um deles não concluiu a graduação) e alinhados com a reforma de 1918. Nos anos de 1930, constituiu um espaço aberto à educação superior, protegido do clima hostil à reforma, radicalizado na década posterior. Nesta, durante o Peronismo, o Colégio agregaria o núcleo da elite intelectual argentina, que convergia na oposição ao governo.

Até a metade da década de 1950, portanto, apesar das discontinuidades que marcaram esse processo, houve um desenvolvimento razoável da sociologia na Argentina. Não obstante, foi a partir da queda do peronismo em 1955, que essa disciplina conseguiu impor-se de maneira mais efetiva no interior do campo acadêmico, favorecida pela reforma que modernizou a estrutura universitária, principalmente na UBA. Nesse contexto, que teve como epicentro as Faculdades de Ciências Exatas e as de Humanidades, o ensino e a pesquisa na Universidade foram remodelados com a criação (1958) dos departamentos de História, Ciências Antropológicas, Ciências da Educação, Filosofia, Geografia, Psicologia e Sociologia.

Ao mesmo tempo, a pesquisa foi impulsionada através de política acadêmica que impulsionou o regime de dedicação exclusiva (que havia sido legalizado durante o governo de Perón) para um grande número de professores. A partir dessa data, um programa de bolsas de estudo foi instituído no CONICET, também criado nesses anos. Tais mudanças implicaram um aumento constante do número de alunos inscritos no curso de graduação em sociologia. A disciplina obteve, na década de 1960, prestígio incomparável ao que tinha no decênio anterior. A respeito desse período, deve ser mencionada uma peculiaridade importante. Na UBA, entre 1957 e 1966 a sociología alcançou um desenvolvimento mais efetivo do que na USP, se comparados o número de alunos, de professores e de pesquisas em andamento.⁴

⁴ Não temos os dados relativos à São Paulo. Na UBA, o número de alunos inscritos por ano nesse período esteve ao redor de 400. Até 1962, o departamento tinha 30 cargos de dedicação exclusiva. Cinco eram titulares, três associados, nove adjuntos e treze auxiliares. O Instituto de Sociologia abrigava dezenove pesquisadores e até o final do período, 59 pesquisas em andamento.

Sob tais condições, o projeto acadêmico de Gino Germani se impôs, nucleado na defesa de uma “sociologia científica”, diretamente empenhada em responder aos desafios políticos e econômicos herdados do peronismo. Contra a concepção “culturalista”, orientada antes para o ensino do que para a pesquisa, Germani defendia o desenvolvimento da pesquisa empírica, orientada pela teoria, para que a sociologia pudesse constituir-se como ciência aplicada. Nessa direção, acompanhava empreitadas similares protagonizadas por José Medina Echavarría, no México, e Florestan Fernandes, no Brasil.

Comparável com a trajetória ascendente deste último, a de Germani (1911 -1979), de origem social modesta, teve início no curso de graduação em administração e contabilidade que realizou em Roma. Exilado na Argentina (1934) por conta de sua militância antifascista, ⁵ aproximou-se da intelectualidade liberal, sobretudo ao ingressar na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA (1938), onde foi aluno e aproximou-se de Ricardo Levene. Esta relação viabilizou sua participação no Instituto de Sociologia e seus primeiros artigos no *Boletín Del Instituto de Sociologia*, sobre “morfologia social”, nos quais pode mobilizar o conhecimento atípico em estatística adquirido na Itália, que contrastava com a tradição erudita dos estudantes argentinos. Durante o peronismo, participaria dos círculos intelectuais de oposição ao regime, atitude que acabaria por favorecê-lo após a Revolução Libertadora. Germani lecionou no Colégio Livre de Estudos Superiores entre 1946 e 1955. Desde logo, aproximou-se de um viés “científico”, a partir do qual legitimaria progressivamente sua posição no campo intelectual argentino, até ser convidado a assumir a Cátedra de Sociologia em 1955 e, em seguida, a direção do Instituto de Sociologia em 1956.

Uma vez consolidadas as mudanças no sistema universitário em 1958, que propiciaram a Germani uma posição central no campo da sociologia argentina, as polarizações já existentes nos períodos anteriores foram radicalizadas. O sociólogo italiano assumiu, como já foi dito, a defesa da “sociologia científica” contra a, por ele mesmo designada, “sociologia de cátedra”. Esta vicejava na maioria das universidades argentinas do interior e do litoral e era liderada por Poviña (Blanco, 2006). Germani contava, não obstante, com o apoio de um conjunto de empreendimentos intelectuais na América Latina

5 Neste ponto, seguimos a interpretação de Federico Neiburg sobre Germani, em *Os intelectuais e a invenção do peronismo* (1997).

muito afinados com o seu, dos quais tomou parte ativa. Foi o caso do movimento que deu origem nos anos de 1950 à criação do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS) da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) (Blanco, 2007).

Embora lograsse impor o seu projeto acadêmico, identificado com o processo de “desperonização” (Neiburg, 1997) da sociedade Argentina, as disputas foram intensas porque boa parte das instituições que estruturavam a sociologia argentina eram controladas por seus adversários no mundo acadêmico. A força de Germani deveu-se também ao programa de pesquisas que liderou, voltado primeiro à explicação sociológica do peronismo, depois ao problema do desenvolvimento econômico e da modernização, temática sintonizada com as principais linhas de pesquisa desenvolvidas na América Latina, especialmente na CEPAL.

No entanto, as disputas propriamente intelectuais foram travadas com oponentes que não estavam no interior da universidade. O grupo de Poviña não tinha um “programa de pesquisas” com o qual pudesse desafiar a Germani. Por isso, as interpretações sobre a experiência argentina desenvolvidas pelo grupo de Germani rivalizaram com a tradição ensaística que recuperou sua visibilidade pública nos anos que se seguiram ao golpe que derrubou o peronismo.

A institucionalização das ciências sociais na Argentina teve, portanto, na sociologia, o seu eixo. ⁶Iniciada precocemente, constituiu-se de forma relativamente acidentada, sendo a “descontinuidade” uma marca desse processo, “originada principalmente nas mudanças políticas, quase sempre rupturas na vida política nacional” (Murmis, 2006: 21). Desde a década de 1940, entretanto, como já discutido, um conjunto de instituições públicas ou não, articuladas ao mercado cultural em expansão, sobretudo o editorial, possibilitou a legitimação progressiva dessa disciplina no campo intelectual argentino. O peronismo constituiu-se ao mesmo tempo como óbice e alavanca para o seu desenvolvimento, concretizado, não obstante, nos anos que se seguiram à sua queda, quando a realização de uma reforma universitária propiciou aos defensores da “sociologia

⁶ Deve-se lembrar, ainda, a importância dos cursos de ciências sociais oferecidos por universidades privadas. Em 1959, foi criada a Faculdade de Ciências Sociais e Econômicas da Universidade Católica Argentina e, em 1963, a Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Salvador. Boa parte dos formados em sociologia na Argentina na década de 1960 estudaram nessas e em outras instituições privadas. (Kratochwill; 1970)

científica” as posições dominantes do sistema acadêmico, que se viu inserido num contexto de discussão acalorada sobre a experiência peronista.

A ruptura seguinte, a ser avaliada comparativamente com a que ocorreu no Brasil durante o período militar iniciado em 1964 - caso em que houve apesar de perseguições pontuais, sobretudo na USP, expansão do sistema -, iniciou-se na Argentina com o golpe de estado de 1966, que implicou novo período de intervenções nas universidades. Os departamentos de sociologia da Universidade de Buenos Aires e o da Universidade Católica Argentina foram praticamente desmantelados. Dos 28 professores que integravam o Departamento de Sociologia na UBA em 1966, restaram 4 em 1967. O Instituto de Sociologia, que contava com 29 membros e desenvolvia 15 projetos de pesquisa, foi fechado. O Departamento de Sociologia da Universidade Católica também foi severamente afetado. Uma série de conflitos com as autoridades universitárias motivou a renúncia coletiva de 33 professores, de um total de 38. (García Bouza y Verón, 1967)

A “sociologia científica” de Germani, que afastou-se nesse momento da Argentina, teria seu projeto abortado. A continuidade da pesquisa científica autônoma ocorreu então, através sua transferência para centros privados de pesquisa (Murmis, 2006; Neiburg, 1997), como ocorrera antes de certa forma no âmbito do Colégio Livre de Estudos Superiores, e que havia sido preparada por Germani, através dos vínculos estabelecidos com o Instituto Di Tella. Segundo uma pesquisa realizada nessa época, em torno de 1970 a pesquisa em sociologia era realizada em 11 centros privados, três dos quais pertenciam ao Instituto Di Tella (Kratochwill, 1970). Nesse momento, assumiram a docência e os cargos diretivos na universidade aqueles que defendiam (ou diziam defender) uma “sociologia nacional”, que tinha como oponentes as sociologias “marxista” e “científica”. As figuras emblemáticas desse período das “cátedras nacionais” foram o sacerdote Justino O' Farrel e Gonzalo Cárdenas, que assumiram em 1969 a direção do curso e do Instituto de sociologia, respectivamente.

O quadro esboçado acima sugere alguns pontos principais de comparação. Inicialmente, houve no Brasil maior estabilidade política no período de institucionalização da sociologia e de consolidação dos diferentes projetos acadêmicos estabelecidos no Rio de Janeiro e em São Paulo, apesar das diferenças entre os dois casos. Se houve alguma intervenção direta, sobretudo no Rio de Janeiro, e se as vinculações políticas constituíram-se nas duas experiências como um princípio de diferenciação dos grupos acadêmicos, na Argentina as dimensões política e intelectual estiveram sempre imbricadas.

Iniciada com a criação dos cursos de graduação em São Paulo e no Rio de Janeiro, durante a década de 1930, a expansão do sistema acadêmico no Brasil ocorreria progressivamente, vinculada também à criação de centros independentes de pesquisa. Até o final dos anos de 1960, São Paulo e Rio de Janeiro teriam centralidade nesse processo, depois fortalecido nacionalmente.

No Rio de Janeiro, as ciências sociais associaram-se mais diretamente às disputas políticas e ideológicas do período getulista (1930-1945). Nesse aspecto, há maior proximidade entre essa experiência e a que acabamos de descrever, transcorrida na Argentina. A experiência carioca aproxima-se também do que ocorreu em Buenos Aires pela existência de um campo acadêmico que associou iniciativas oficiais e não oficiais. Os centros e institutos de pesquisa centralizaram a pesquisa em ciências sociais no Rio de Janeiro entre as décadas de 1950 e 60 - sobretudo a seqüência Ibsp-Iseb (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política e Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e o Cbpe (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais). Posteriormente, também em São Paulo, os centros independentes ganharam importância a partir dos anos de 1960, permitindo inicialmente remediar as limitações impostas pelo regime de cátedra e, posteriormente, abrigar pesquisadores “aposentados” pela ditadura militar. Vantagens como agilidade burocrática, facilidade de organização do trabalho em equipe e relativa proteção em relação às intervenções políticas levaram à criação de inúmeros centros de investigação no país até os dias atuais. Em São Paulo, tiveram grande importância o Cesit (Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho), o Ceru (Centro de Estudos Rurais e Urbanos) e, posteriormente, o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). No Rio de Janeiro, esse padrão de institucionalização foi decisivo na

criação dos programas de pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (1968) e em Ciência Política do Iuperj (1969).

Em relação à montagem de um sistema acadêmico propriamente dito, houve na Argentina implantação gradual da sociologia na universidade, primeiro como disciplina incluída em cursos de direito e filosofia (mais tarde na economia), depois como curso autônomo. No Brasil, esse processo foi mais concentrado, o que garantiu a fixação mais rápida de critérios de legitimação predominantemente científicos e o desenvolvimento relativamente concomitante de alguns programas de pesquisa estabelecidos desde meados dos anos de 1940. O caso de institucionalização acadêmica mais bem sucedida, como se sabe, ocorreu em São Paulo, com a criação da ELSP (1933) e da FFCL-USP (1934). Nas duas instituições, padrões de trabalho intelectual até então inusitados foram fixados, na primeira através da atuação de sociólogos norte-americanos; na segunda, por meio da missão francesa. As gerações de estudantes formados nessas duas escolas tomaram a frente de tais empreendimentos a partir de meados da década de 1950, reforçando a dimensão acadêmica dos projetos que vicejaram nas duas escolas desde os anos de 1930, apesar das razões políticas envolvidas na criação de ambas.

Divergências políticas relacionaram-se às disputas propriamente acadêmicas entre as duas instituições. Estas se deram, não obstante, em torno de três programas de pesquisa ambiciosos. O primeiro foi liderado por Donald Pierson e Emílio Willems na ELSP (embora Willems fosse também professor da USP) e visava a realização de Estudos de Comunidades que deveriam mapear empiricamente a realidade brasileira, para depois formular uma teoria sobre os processos de estratificação social em curso, vinculados às mudanças sociais e culturais decorrentes da modernização do país. Taxado como conservador e analiticamente frágil pela USP, tal programa não se legitimou como esperavam Willems e Pierson. Depois do afastamento de ambos, nunca mais a ELSP recuperaria a liderança intelectual exercida no período inicial da institucionalização da sociologia paulista. O segundo programa, liderado por Roger Bastide na USP, defendia uma sociologia da cultura, a partir da qual os processos de interpenetração de civilização poderiam ser analisados, como no primeiro caso, em função dos processos de transformação em curso acelerado do Brasil da metade do século XX. Estudos sobre folclore, religião, arte, literatura foram realizados por Bastide e seus alunos. O

desdobramento mais importante desse programa seria levado a cabo por Antonio Candido, depois de sua transferência para a literatura. Com o retorno de Bastide à França, apesar da importante atuação de Maria Isaura Pereira de Queiroz na Cadeira de Sociologia II e no CERU, e com a transferência de Gilda de Mello e Souza para a filosofia, boa parte do programa imaginado pelo sociólogo francês se dispersou, implicando a descontinuidade dessa linha de investigação.

O programa liderado por Florestan Fernandes, após o retorno de Bastide em 1954, se articulou em torno de uma sociologia do desenvolvimento, no momento em que essa temática ganhava importância em toda a América Latina e não apenas no campo estritamente intelectual. Depois de empenhar-se pela constituição da sociologia como ciência e de demonstrar sua competência acadêmica através da realização dos trabalhos sobre folclore, sobre os Tupinambá, atuou em colaboração a Bastide na conhecida pesquisa encomendada pela UNESCO sobre o preconceito racial em São Paulo. Devemos notar a diferença fundamental entre os itinerários que conduziram Florestan e seu grupo ao tema do desenvolvimento, em relação ao que levou Germani ao mesmo objeto nessa época. Partindo do tema do preconceito racial, toda tradição intelectual anterior à sociologia acadêmica era mobilizada e o problema da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado vinha à tona, como eixo da discussão sobre a formação da sociedade de classes no Brasil. No caso de Germani, as pesquisas sobre o desenvolvimento tiveram origem no debate instaurado na Argentina após a queda de Perón em 1955. A questão em jogo era, então, entender a natureza e o significado do Peronismo, para poder superar os obstáculos que dificultavam a modernização do sistema político na Argentina. Nesse itinerário, igualmente, velhos debates eram retomados, no mesmo passo em que uma nova agenda temática se constituía. Se mencionamos os itinerários intelectuais de Florestan e Gino Germani, o fazemos porque ambos lideraram empreendimentos que mas se aproximam do que convencionalmente se denominou como uma “escola”,⁷ que nos dois casos produziram interpretações tornadas clássicas no interior de cada uma das tradições intelectuais analisadas.

⁷ Seriam características de uma “escola” a existência de um grupo intelectual conformado por um líder fundador e seus seguidores, reunidos em torno de um conjunto de idéias, técnicas e disposições normativas. Seus integrantes interpretam sua atividade como uma “missão”, sobretudo no período de formação, mais ou menos como ocorre numa comunidade religiosa. (Tiryakian, 1979; Bulmer, 1984)

O desenvolvimento insuficiente da organização universitária no Rio de Janeiro até o final dos anos de 1960 vinculou-se à extinção precoce (1939) da Universidade do Distrito Federal, que havia sido criada em 1935 por iniciativa de Anísio Teixeira. Nesta concepção de ensino e pesquisa aproximava-se daquela que vicejou em São Paulo, sobretudo na USP, “como lugar da atividade científica livre e da produção cultural desinteressada” (Almeida, 1989: 196). Contrário aos princípios da autonomia acadêmica, mas em sintonia com o Estado Novo, apoiado por lideranças católicas como Alceu Amoroso Lima, o ministro da educação Gustavo Capanema empenhou-se na montagem da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (Oliveira, 1995).

O fim do Estado Novo (1945) não implicou uma alteração profunda desse quadro, porque a FNFu permaneceu praticamente apartada das atividades de pesquisa. A abertura política permitiu, entretanto, o engajamento de sociólogos formados nessa faculdade em projetos institucionais como os do Ibsp-Iseb, do Cbpe e do Clapcs. No primeiro caso, um grupo de jovens intelectuais, formados também em economia e direito, empenhou-se num programa de pesquisas que focava o processo de desenvolvimento brasileiro. Com exceções como Guerreiro Ramos, os membros do Iseb – entre outros Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel e Candido Mendes - vinculavam-se às elites políticas cariocas e dividiam-se entre atividades intelectuais e empresariais (Miceli, 1989). Além disso, o compromisso político que sempre orientou esse projeto intelectual prevaleceu diante de sua dimensão propriamente científica.

Uma das marcas da sociologia carioca foi seu comprometimento político mais evidente do que o da sociologia paulista. Tais circunstâncias balizaram a disputa entre os dois centros mais importantes das ciências sociais no Brasil desde os anos de 1950, pelo menos. Principalmente o Iseb foi alvo constante da sociologia paulista, que enfatizou sempre (com ou sem razão) o viés ideológico das pesquisas realizadas nessa instituição. Distanciados hoje de tal contexto, torna-se evidente a existência de um confronto entre projetos acadêmicos orientados pela convicção nas possibilidades de intervenção pela sociologia no processo de modernização brasileiro.

Houve no Rio de Janeiro, entretanto, vertente mais comprometida com o desenvolvimento científico da sociologia. Nessa direção, foi fundamental o papel exercido pela Unesco (Oliveira, 1995) como propugnadora de pesquisas, entre as quais a que teve

como objeto o estudo das relações raciais no Brasil. Luiz de Aguiar Costa Pinto participou diretamente da preparação desse projeto, convidado por Arthur Ramos, então diretor do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, que fora seu professor na FNFi. Assistente de Jacques Lambert na Cadeira de Sociologia dessa instituição desde 1942, Costa Pinto publicou dois livros na década de 1940 e vários artigos na revista *Sociologia*, itinerário compatível com a liderança acadêmica que exerceria na década seguinte. Nos anos de 1950, despendeu considerável esforço institucional ao lado de Anísio Teixeira; em primeiro lugar, na articulação do projeto que envolveu a Universidade de Columbia (através de Charles Wagley) e o Estado da Bahia. Em segundo lugar, na criação do CBPE (1955), no qual dirigiria a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais até 1957, substituído então por Darcy Ribeiro. Este último preparou projeto sobre a industrialização no Brasil, que seria supervisionado por Bertram Hutchinson. Realizado em parceria com a USP, a equipe abrigou também pesquisadores paulistas (Oliveira, 1995). Um dos fatores envolvidos no afastamento de Costa Pinto do CBPE relaciona-se à sua participação no movimento que daria ensejo na América Latina à montagem de uma estrutura internacional de ensino e pesquisa, centralizada na Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), com sede em Santiago do Chile, e no Clapcs (Centro Latino-americano de Ciências Sociais), sediado no Rio de Janeiro (Blanco, 2007). O sociólogo seria diretor do centro e editor da revista *América Latina*.

Os fatos descritos são indicativos da preeminência carioca na articulação das ciências sociais brasileiras com os organismos internacionais, sobretudo a UNESCO, que patrocinaram o desenvolvimento e a integração das ciências sociais na América Latina entre as décadas de 1950 e 1960 (Blanco, 2007). Apontam ainda para a existência de padrões distintos de pesquisa sociológica no Rio de Janeiro, que articularam as dimensões científica e política diferentemente; o primeiro (Ibep-Iseb), de modo direto, envolvido na construção de um projeto político de desenvolvimento para o país; o segundo, indireto, orientado por um programa de pesquisas articulado à agenda internacional, que pretendia subsidiar cientificamente as possibilidades de modernização da América Latina.

A continuidade de nossa pesquisa pretende aprofundar as direções exploradas até esse momento, diferenciando os padrões de desenvolvimento que em cada caso propiciaram a realização de projetos intelectuais ambiciosos e a consolidação progressiva de tradições específicas no campo das ciências sociais latino-americanas. No Brasil, fortaleceu-se um sistema acadêmico mais protegido da vida política, também no Rio de Janeiro, a partir da reforma universitária implementada pelo governo militar no final dos anos de 1960, que implicou uma notável expansão da pós-graduação em todo o país até a abertura política (1985). Na Argentina, apesar dos efeitos mais claramente prejudiciais decorrentes da última ditadura militar (1976-1982), as ciências sociais recuperaram, desde os anos de 1980, uma tradição urdida na fronteira com a política.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (1989), “Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep, vol. 1.
- ALTAMIRANO & SARLO, Beatriz. (1983) *Literatura y sociedad*. Buenos Aires, Hachette.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (1995), “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré/Idesp/Fapesp, vol. 2.
- _____. (2002). *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. São Paulo, Edusc.
- BLANCO, Alejandro. (2006), *Razón y modernidad: Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina S. A.
- _____. (2007), “Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965)”. In: *Tempo Social*, v.19, nº1, 2007.
- BULMER, Martin. (1984), *The Chicago school of sociology*. Chicago, The University of Chicago Press
- GARCÍA BOUZA, Jorge y VERÓN, Eliseo (1967), “Epílogo de una crónica: la situación de la sociología en la Argentina” en *Revista Latinoamericana de Sociología*, Nº1, vol. III.
- CARDOSO, Irene. (1982), *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo, Cortez.
- CORRÊA, Mariza. (1995), “A antropologia no Brasil (1960-1980)”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré/Idesp/Fapesp, vol. 2.
- FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando. (2004), *Brasil e Argentina, um ensaio de história comparada 1850-2002*. São Paulo, Editora 34.
- GARCIA, Sylvia. (2002), *Destino ímpar*. São Paulo, Editora 34.
- KRATOCHWILL, Germán (1970), “Estado actual de la sociología en Argentina”, en *Revista Latinoamericana de Sociología*, Nº2, vol. IV.
- LEPENIES, Wolf. (1996), *As três culturas*. Sao Paulo : Edusp.
- LIMONGI, Fernando. (1987), “Revista *Sociologia*: a ELSP e o desenvolvimento da sociologia em São Paulo”. *Caderno Idesp* (Série História das Ciências Sociais), n. 1.

- _____. (1989a), “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep, vol. 1.
- _____. (1989b), “A Escola Livre de Sociologia e Política”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep, vol. 1.
- MAIO, Marcos Chor. (1997), *A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, IUPERJ.
- MICELI, Sergio. (1989a), “Por uma sociologia das ciências sociais”. In: _____ (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep, vol. 1.
- _____. (1989b), “Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais”. In: _____ *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré/Idesp/Fapesp, vol. 2.
- MURMIS, Miguel. (2007), “Sociologia, ciência política, antropologia: institucionalização, profissionalização e internacionalização na Argentina”. In: TRINDADE, Hélgio (org.). *As ciências sociais na América latina em perspectiva comparada (1930-2005)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- NEIBURG, Federico. (1997), *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. São Paulo: Edusp.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. (1995), “As ciências sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré/Idesp/Fapesp, vol. 2.
- PEIXOTO, Fernanda. (2000), *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- PONTES, Heloisa. (1998), *Destinos mistos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- PULICI, Carolina. (2004), *De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as cátedras de Sociologia da USP entre 1954 e 1969*. São Paulo, dissertação de mestrado, FFLCH-USP.
- RINGER, Fritz. (1992), *Fields of knowledge : French academic culture in comparative perspective, 1890-1920*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROMÃO, Wagner de Melo. (2003), *A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. São Paulo, dissertação de mestrado, FFLCH-USP.
- SARLO, Beatriz. (1988), *Uma modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires, Nueva Visión.

- SIGAL, Silvia. (1991), *Intelectuales y poder en la década del sesenta*. Buenos Aires, Punto sur.
- TERÁN, Oscar. (1991), *Nuestros años sesenta, la formación de la nueva izquierda intelectual en la argentina 1956 – 1966*. Buenos Aires, Punto Sur.
- TIRYAKIAN, Edward. (1979), “The significance of schools in the development of sociology”. In: SNIZEK, E; FURHRMAN, Ellsworth; MILLER, Michael. *Contemporary issues in theory and research*. Westport, Greenwood press.
- TRINDADE, Hélió (org.). (2007) *As ciências sociais na América latina em perspectiva comparada (1930-2005)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. (2006), *Mudança provocada: passado e futuro do pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.